

Resultados do pacote dividem empresariado

Rui Veiga
Correspondente

São Paulo — Os resultados do "pacote" econômico de quarta-feira última ainda não podem ser medidos satisfatoriamente. O pouco tempo e a falta de resposta das indústrias e do comércio em relação às medidas impedem qualquer avaliação mais objetiva do problema. Mesmo as entidades empresariais não conseguiram ainda definir qualquer posição unitária quanto ao que fazer no futuro. A própria Fiesp, por exemplo, se tomada como base as opiniões de seus diretores, terá muita dificuldade na reunião ordinária de amanhã para encontrar um denominador comum.

Os pronunciamentos dos empresários industriais de São Paulo foram completamente dispares diante do "pacote". Um exemplo disso é que quanto à estratégia geral da política retomada econômica — aumentará a recessão ou diminuirá, voltando-se a uma de normalização da atividade industrial — não há consenso. O empresário Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, presidente da Fiesp, conhecido por ser aliado do ministro Delfim Netto, está muito otimista: "a economia apresentará melhorias significativas nos próximos dois anos. Vamos passar um período difícil, ainda reflexo da situação anterior, mas depois tudo melhorará".

Paradoxalmente, um grande adversário de Vidigal, no meio empresarial, o presidente do Brasilinvest e vice-presidente da CNI, Mário Garnero, é também de opinião que, após um período de dificuldades, a inflação brasileira irá atingir patamares aceitáveis. Garnero, como Vidigal, não concorda que haverá queda no nível de emprego, como consequência da perda do poder aquisitivo. "O nível de emprego estava se reduzindo em função dos dez por cento que era pago às faixas de um a três salários mínimos. O fim das faixas é um grande benefício às empresas".

Mas dentro da Fiesp, nem todas as posições convergem. Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, coorde-

nador do departamento de estatística e dos estudos sobre nível de emprego; Pedro Eberhardt, presidente do Sindipeças e Nildo Masini, vice-presidente da Fiesp, discordam de Vidigal. Eberhardt é incisivo: "As medidas do governo aumentam a recessão e provocarão uma queda no nível de emprego". A posição de Nildo Masini, oposicionista ferrenho a Vidigal dentro da Fiesp, também é muito clara: "Não entendo como poderá aumentar o nível de emprego, se o mercado interno diminuirá. Alguém está esquecendo que o problema da indústria não é só o custo, mas também as vendas".

Se as posições de Pedro Eberhardt e de Nildo Masini não são de estranhar, a oposição de pensamento entre Uchoa Fagundes e Vidigal no momento é preocupante para a direção da Fiesp. Fagundes acredita também que o nível de emprego vai se reduzir. Embora diga que ao final de dois anos haverá uma recuperação, Uchoa Fagundes considera que a difícil situação do desemprego ficará agravada com a queda do poder aquisitivo. Esta posição, ao que parece, ele levará à reunião de amanhã da entidade. Seguramente, terá apoio de muitos empresários que não "entendem" como o nível de emprego será retomado a partir das medidas do governo.

A divergência poderá ser muito maior do que aparenta, uma vez que, empresários representativos, como Cláudio Bardella, Carlos Fanuchi, Mário Amato e José Mindlin ainda não se pronunciaram sobre a questão. Aliás, o segundo vice-presidente da entidade, Salvador Firace (do setor de rações) já antecipa a divergência dizendo que, Vidigal esteve na votação do CMN, mas nenhum outro empresário soube, antes do resultado final, o que ele estava votando. Por isso, outra dificuldade será colocada, porque alguns empresários certamente estarão dispostos a cobrar de Vidigal a exclusão.

Aliás a última reunião ordinária da Fiesp, realizada segunda-feira última, teve

momentos difíceis e de muitas divergências. Com diversos empresários preocupados com o problema do tabelamento (o que demonstra que não houve surpresa no empresariado quanto à reunião do Conselho de Segurança Nacional) e com o nível de emprego. Inclusive, do lado de fora do encontro, ouviu-se claramente a voz de um deles dizer em alto e bom som: "Temos recomendações do governo, leia-se área econômica, para aguçar a crise. É uma forma de pressionar intericionalmente".

Se em relação às questões trabalhistas, as preocupações são grandes, em função do problema do desemprego, as preocupações da reunião de segunda-feira aumentarão certamente com a ameaça de greve no dia 21. Ontem, um empresário, diretor da Fiesp, comentava que o Grupo 14 vem alertando a direção da entidade para o fato de que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, haver se mostrado disposto a levar adiante o movimento de paralisação.

"As greves do ABC, apesar do seu peso político, não são tão significativas quanto uma greve na cidade de São Paulo. Lula nós já conhecemos em greve. Joaquinzão ainda não. Ele tem muito mais poder porque consegue fazer paralisar aqueles setores operários que nunca pararam, o peão de obra, o faxineiro. Com Joaquinzão a greve não será da elite operária", afirma ele.

Esta preocupação também foi manifestada pelo Grupo 14, na palavra de seu coordenador, Roberto Della Manna. Este empresário afirma que, seguramente a discussão sobre a greve estará na pauta da reunião ordinária de amanhã. E por enquanto, ele coloca, não existe uma posição única dentro da Fiesp. Della Manna acha que somente ao final da reunião algô de concreto poderá ser colocado. Mas ele não desconhece o fato de que as dificuldades para a posição unitária serão muitas, apesar de todos os empresários estarem contra a paralisação.